

O DIREITO CONQUISTADO NO DIA A DIA: A EDUCAÇÃO JURÍDICA POPULAR NAS OCUPAÇÕES URBANAS EM SANTARÉM-PA

Lucimar Naiara dos Santos Alves¹; Andrew Lucca Pantoja de Souza¹; Ana Beatriz Oliveira Reis²

¹Estudantes do Curso de Bacharelado em Direito – ICS/UFOPA - E-mail: lucimarnaiara@gmail.com, andrew.g3@hotmail.com; ²Docente de Direito do Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional – ICS/UFOPA - E-mail: reis.aboliveira@gmail.com.

RESUMO: Com base nos marcos teóricos da assessoria jurídica popular, que promovam o acesso à justiça, a educação em Direitos Humanos e a defesa dos direitos de comunidades pobres, movimentos sociais, povos indígenas e quilombolas, proporcionando espaços de estudo crítico sobre direitos e cidadania, o NAJUP CABANO tem por objetivo geral a integração entre a universidade e sociedade, por meio da promoção de atividades em ensino, pesquisa e extensão. Um dos objetivos deste trabalho versa capacitar lideranças comunitárias mediante o uso de instrumentos jurídicos, políticos e sociais que possam auxiliá-los na luta pela garantia de seus direitos, em especial, o direito à cidade e o direito à moradia adequada. Foram feitas atividades extensionistas em parceria com o grupo de pesquisa “O Direito à Cidade em Santarém-PA (UFOPA)” e o Projeto de Extensão “Espaços Transversais: Perspectivas em Meio Ambiente”, além da oferta do curso “O Direito Conquistado no Dia a Dia”, realizado na Ocupação Vista Alegre do Juá, localizada às margens da Rodovia Engenheiro Fernando Guilhon, a qual residem atualmente mais de 3 mil famílias, sendo o terreno objeto de disputas judiciais entre os ocupantes e uma empresa que reivindica a propriedade do terreno. As atividades do trabalho proporcionaram o debate crítico sobre o direito à moradia e o direito à cidade, a capacitação e participação dos colaboradores, da comunidade acadêmica e sociedade em geral por intermédio da organização de eventos e ações extensivas, e o mapeamento de outras ocupações urbanas na cidade de Santarém, PA.

Palavras-chave: direito à cidade; direito à moradia; NAJUP CABANO; ocupações urbanas; o direito conquistado no dia a dia.

INTRODUÇÃO

A cidade de Santarém, terceira maior do estado do Pará, atualmente, serve como importante apoio de intensificação da ocupação do Oeste do Pará. Estrategicamente, localiza-se na confluência dos rios Tapajós com o Amazonas, entre duas grandes cidades da região Norte, Belém e Manaus. Mediante um processo de urbanização nas cidades amazônicas, assim como Santarém e outras regiões do país, caracteriza-se por uma divisão socioeconômica do espaço muito bem definida.

Observa-se com clareza que as áreas centrais na cidade de Santarém, as quais estão mais próximas não apenas do centro comercial, mas também das políticas públicas, são áreas mais valorizadas economicamente e, conseqüentemente, habitadas pela população de maior poder aquisitivo. E, por outro lado, aos pobres restam as áreas suburbanas distantes de seu local de emprego, carente de transporte público, de hospitais, de escolas, de creches, praças etc.

É notável a intensa restrição à cidadania, ao direito à cidade e ao direito à moradia adequada para as pessoas que não possuem poder aquisitivo exigido para a manutenção de uma residência nas áreas centrais, considerando que as políticas públicas não conseguem – devido à rapidez das transformações sociais nas cidades ou em certos casos por falta de atenção dos governantes – acompanhar a expansão dos bairros urbanos.

Nesse sentido, a procura pela moradia nas regiões urbanas se mistura com a luta contra o capital especulativo depositado em propriedades que comumente não cumprem sua função social, princípio constitucional garantido desde 1988. O presente trabalho pretende apresentar o caso do bairro Vista Alegre do Juá, advindo de uma recente ocupação urbana em uma grande propriedade improdutiva na região periférica do Município de Santarém/PA, de modo também compreender o surgimento de outros bairros da cidade que foram criados a partir de ocupações e, conseqüentemente, da falta de planejamento urbano.

A ocupação é formada em sua maioria por famílias que não possuem condição financeira de adquirir uma moradia na cidade e encontraram nesta localidade uma esperança da concretização do sonho da casa própria, isto é, a efetivação do direito à moradia. Ressalta-se que o direito à moradia está diretamente ligado ao princípio da dignidade do ser humano, sendo que a residência digna não se limita a um pedaço de chão para a construção de um “barraco”, ou também em apenas uma edificação, mas a implementação e efetivação de políticas públicas, construção de vias adequadas, saneamento público, transporte público de qualidade, hospitais e escolas.

Na recente ocupação, nota-se a ausência dessas e de outras políticas públicas, mas no caso do bairro Vista Alegre do Juá chama a atenção pela relevância do protagonismo de seus moradores na luta pela efetivação do direito à moradia digna, a qual não é proporcionada pelo Estado.

Destaca-se do processo ocupacional, em particular, a especial relação com o meio ambiente, considerando que a expansão das residências se aproxima do Lago do Juá. Portanto, no início da ocupação houve todo um planejamento, mapeamento e cuidado com essas áreas de proteção ambiental. Sabe-se que há uma preocupação diferenciada por parte dos comunitários quanto ao respeito às normas ambientais.

No mais, as atividades extensionistas do trabalho pretendeu oferecer formações político-pedagógicas direcionadas para a educação popular em direitos, de maneira interdisciplinar com professores e estudantes de diferentes áreas, na contribuição e troca de conhecimentos e experiências, junto as moradoras e moradores do bairro Vista Alegre do Juá, a fim de situá-los quanto ao conhecimento de seus direitos e garantias e auxiliá-los na luta pela efetivação do direito à moradia adequada, direito à cidade, direito ao meio ambiente equilibrado, dentre outras demandas. Dessa forma, a relação entre a universidade e comunidade contribui para que essas pessoas possam exercer com mais aptidão a cidadania que lhes é restringida.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho constitui experiências de atuação jurídico popular enquanto Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Universitária (NAJUP CABANO). As atividades iniciaram primeiramente de maneira teórica, em que pudesse melhor compreender a questão estudada, isto é, no que diz ao direito à cidade e ao direito à moradia adequada. No entanto, também se pôde desenvolver a parte prática, no qual foi possível realizar eventos dentro e fora da Universidade, além de participação em outros eventos relacionados à questão urbana, exemplo: Audiências Públicas na cidade de Santarém.

Para a atuação da assessoria jurídica popular, utilizou-se como principais referências de AJUPs, a abordagem de Paulo Freire em sua ilustre obra “a pedagogia do oprimido” e também Roberto Lyra Filho e José Geraldo de Sousa Jr, com o “o direito achado na rua”. Essas obras refletem no pluralismo jurídico, no direito insurgente, no direito alternativo e no teatro do oprimido.

O trabalho realizado com assessoria popular proporciona maior comprometimento e sensibilidade enquanto estudantes de graduação, pois futuramente, em suas profissões, as experiências vivenciadas servirão de base para um trabalho mais humanitário. Assim, o cenário de estudo mais envolvente deste trabalho, foi na Ocupação Vista Alegre do Juá, na qual vive cerca de 3 mil famílias, localizada às margens da Rodovia Engenheiro Fernando Guilhon, Eixo de Expansão Urbana do Município de Santarém.

As ações desenvolvidas durante o trabalho foram o mapeamento em ocupações da cidade, que teve como objetivo o diálogo e a confiança dos moradores na troca de conhecimento. Realizaram-se também eventos com participação da comunidade acadêmica e geral no âmbito do direito à cidade e o direito à moradia adequada. Além do mais, foi ofertado o curso intitulado “O Direito Conquistado no Dia a Dia”, na Ocupação Vista Alegre do Juá, tendo como público-alvo as lideranças.

Para o êxito das atividades, se obteve a contribuição e parceria do grupo de pesquisa “O direito à cidade em Santarém-PA: instituição e atores” e o projeto de extensão “Espaços transversais: perspectivas em meio ambiente”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades desenvolvidas contribuíram para aproximar o diálogo e a relação com o direito à moradia e o direito à cidade, e a educação em direitos humanos. Inicialmente, foi realizado um mapeamento das ocupações urbanas em Santarém-PA, para interagir e construir relações mútuas de confiança com os moradores das ocupações e entre os conhecimentos interdisciplinares discutidos na universidade e os saberes populares. Dentre as Ocupações visitadas, a saber: Ocupação Alto Vigia, Ocupação Ipanema, Ocupação Matinha e a Ocupação Vista Alegre do Juá.

Além das visitas, foi possível a realização e participação de eventos, audiências públicas e a elaboração do curso de formação “O direito conquistado no dia a dia”, este último com previsão de ser implementado no primeiro semestre letivo de 2018 com o apoio e participação dos ocupantes, com carga de 40h.

Realizou-se o I Seminário de Direito à cidade, em dezembro de 2017, e o I Seminário Internacional do NAJUP, com temática “Dignidade Humana e Democracia”, em janeiro de 2018. Os dois eventos estabeleceram dinamismo e reflexão quanto à questão local e regional perante as peculiaridades da Amazônia, considerando o diálogo entre os sujeitos coletivos e a questão urbana na cidade de Santarém. Também foi possível participar da I Marcha pelo direito à moradia, em Santarém, no mês de fevereiro de 2018, e ainda, participação como ouvinte na Audiência Pública na Câmara Municipal de Santarém-PA sobre a questão da Ocupação Vista Alegre do Juá, realizada em abril de 2018.



Figura 1. I Seminário de Direito à Cidade.



Figura 2. I Seminário Internacional do NAJUP.

Foi elaborado a proposta de um curso de extensão no mês de junho de 2018, na Ocupação Vista Alegre do Juá, a maior Ocupação na cidade de Santarém. O curso limitou-se em 40 pessoas, voltado para as lideranças do bairro, garantindo 10 vagas para a Ocupação Alto Vigia e Portelinha. Não somente as lideranças foram contempladas com o curso, a comunidade em geral e os estudantes puderam também participar e contribuir no diálogo.

O curso intitulado “O Direito Conquistado no Dia a Dia”, possibilitou maior articulação com os moradores das Ocupações, principalmente, com a Ocupação Vista Alegre do Juá. Ocorreram reuniões para decidir sobre as temáticas a serem debatidas durante as atividades e também agendar o dia, a hora e local para a realização das ações. O curso de formação foi organizado em 4 módulos sobre campos jurídicos específicos para ser realizado mensalmente, a saber: Módulo 1: “O que é Direito”; módulo 2: “Cidadania e Direitos Sociais: direitos e garantias fundamentais”; módulo 3 “Direito e Conflitos Ambientais” e módulo 4 “Direito e as questões urbanas”. O primeiro módulo do curso aconteceu em junho de 2018, foi de forma bastante proveitosa, não houve problemas no conteúdo. Todos os participantes contribuíram no diálogo, o que despertou ainda mais o interesse no tema. Atendendo uma linguagem de fácil compreensão, embora a linguagem jurídica seja muitas vezes inacessível, utilizou-se roteiro, apostila e dinâmicas para melhor entendimento dos participantes. Vale destacar que para cada módulo foi pensado no roteiro, pesquisa do tema, facilitador do tema e elaboração de conteúdo, além de equipamentos utilizados: tela de projeção, som e microfones.



Figura 3. Módulo 1 “O que é Direito?”

O curso “O Direito Conquistado no Dia a Dia” teve que ser suspenso devido demandas internas que a Ocupação estava enfrentando no momento em relação à questão da disputa judicial da reintegração de posse da terra no âmbito da Justiça Estadual. Dessa forma, a dedicação em atividades consumia tempo dos moradores e do Movimento dos Trabalhadores em Luta por Moradia (MTLM). Sendo assim, propuseram para outro momento, independentemente deste trabalho, o retorno das atividades, sugerindo o acompanhamento das atividades da Ocupação. Logo, o NAJUP adquiriu ótimas experiências e aprendizagem nas ações que foram realizadas.

CONCLUSÕES

As atividades do NAJUP CABANO, bem como do presente plano de trabalho, proporcionaram a todas e todos os envolvidos, momentos de aprendizagem, intensa socialização e compartilhamento de experiências dentro e fora das paredes da Universidade. Durante as ações desenvolvidas, pode-se perceber o interesse pelo tema, mesmo porque o direito à cidade e o direito à moradia adequada tem bastante relevância para a cidade de Santarém nas suas relações territoriais.

A interação com a comunidade por meio de visitas de campo nas ocupações, oferta de curso, realização de seminários e participação em eventos, trouxeram novas experiências na esfera teórica e prática, assim como maior sentimento de senso crítico aos estudantes, para que futuramente sejam profissionais capacitados e aptos à sua realidade.

Acredita-se em um trabalho muito bem desenvolvido, em que houve interação dos dois lados (Universidade e comunidade), despertou o senso crítico, criativo e reflexivo de todas as pessoas que participaram das ações realizadas. Os instrumentos usados, a forma como o diálogo e a compreensão aconteceram perante as atividades, traz tranquilidade e contribuição quanto aos assuntos abordados, além de adquirir excelentes experiências com assessoria jurídica popular.

AGRADECIMENTOS

À PROCCE pelo apoio na realização das atividades e pela bolsa Pibex concedida, aos demais integrantes do NAJUP CABANO, ao grupo de pesquisa “O direito à cidade em Santarém, PA-instituições e atores, aos moradores e às moradoras da Ocupação Vista Alegre do Juá e, ao Projeto de Extensão” Espaços transversais: Perspectivas em meio ambiente”.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

SOUSA JÚNIOR, J. G. (org). **O Direito Achado na Rua: Concepção e Prática**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, 260p.